

# Fiscalizar governo não

## desperta interesse no Senado

Teresa Cardoso

**Brasília** — A Comissão de Fiscalização e Controle dos Atos do Governo, que levou 19 anos para ser instalada no Senado, completou esta semana 50 dias de existência sem ter feito nada. Reflexo ou não da inapetência que tem caracterizado os trabalhos do Senado este ano, a comissão termina o semestre tendo se reunido apenas duas vezes, assim mesmo a duras penas, como lamenta seu presidente, Senador Roberto Campos (PDS-MT).

Criada para ser o carro-chefe do Legislativo na Nova República, o poder capaz de interferir na administração das empresas estatais, e ambicionando reproduzir aqui o **Government Operation Committee**, que investigou o caso **Watergate** nos Estados Unidos, a comissão não tem conseguido sequer atrair seus integrantes para as reuniões.

### Pilhas de denúncias

Avaliar a viabilidade econômica dos projetos do Governo, convocar ministros e dirigentes de estatais para depor, requisitar documentos necessários à elucidação de denúncias, realizar perícias e diligências, pedir ao Governo cópias de documentos sigilosos ou confidenciais são algumas das funções da comissão.

Apesar de frustrado com o mau desempenho da comissão, o Senador Roberto Campos defende o PDS da acusação de desinteresse na fiscalização do Governo: "O PDS é o maior partido de oposição, mas é também um partido responsável, que não quer criar escândalos publicitários que compliquem a situação do país".

Movido por essa idéia ele instalou a comissão no dia 23 de maio. Diante do presidente do Senado, José Fragelli (PMDB-MT), do Ministro Adhemar Ghisi (representante do Tribunal de Contas da União) e de uma dezena de senadores, Campos frisou que a comissão não ambicionaria o sensacionalismo, investigando escândalos ocasionais. Advertiu que a finalidade do órgão não era penal e disse que a investigação de desmandos financeiros era mais adequada às comissões parlamentares de inquérito.

Hoje ele admite que, para o parlamentar que ambiciona um palco para defender idéias eleitorais, a comissão não tem muito **glamour**. Apesar de faltar-lhe encanto, está porém repleta de assuntos para examinar. Em cima da mesa de Roberto Campos, aguarda investigação uma denúncia sobre o Conselho Nacional de Petróleo, contra o qual foram ajuizadas 230 ações de municípios que se sentem lesados no direito de participação no Imposto Único sobre Combustíveis.

Ainda contra o CNP, existem denúncias de fraude no cálculo dos fretes de distribuição de petróleo e no mistério do **imposto oculto**. Isto é, a cobrança, junto ao consumidor, de 30 dólares por barril de petróleo, independentemente de o custo do combustível importado estar em baixa e do fato de o produto nacional estar sempre a preços inferiores a essa cifra.

### Nada de histórico

Mais frustrado está o Senador Marcondes Gadelha (PFL-RN), que passou os dois primeiros meses do ano trabalhando para regulamentar a lei de instalação dessa comissão: "Eu pensava numa grande comissão, algo assim histórico, e me decepcionei. No Brasil, nunca houve uma comissão com esses poderes e, para o povo, ela é da maior importância", reflete Gadelha.

Foi exatamente invocando esse dever de fiscalização que o líder do PDS no Senado, Murilo Badaró (MG), exigiu para seu partido a presidência da comissão. Roberto Campos, um tradicional crítico da excessiva presença do Estado na economia, foi indicado para o cargo e mais seis senadores do PDS foram escolhidos para compor o órgão. É a mesma quantidade dos senadores do PMDB, mas pedessistas, pemedebistas e pefelistas (cinco) não se animam a ir às reuniões.

O número recorde alcançado até hoje pela comissão foi o de 12 parlamentares presentes, no dia da instalação. Na segunda reunião, só apareceram sete e, como o quorum exigido é de nove, Roberto Campos não pôde abrir os trabalhos.

Situação mais constrangedora ele enfrentou no dia 4 de junho. Pediu que seus assessores fossem buscar os senadores pelos corredores, mas só conseguiu um quorum de cinco. Embaraçadamente, a comissão se reuniu informalmente, porque era preciso aprovar um projeto que criasse o instrumento inicial de fiscalização e controle do Governo — chama-se "proposta" esse instrumento de denúncia de desmandos administrativos que, por impecilhos burocráticos, ainda não foi aprovado no plenário do Senado.

Mesmo esse projeto, para ser aprovado só na comissão, teve que ser levado por um assessor aos gabinetes dos senadores faltosos, a fim de receber as assinaturas necessárias à sua tramitação. A falta de interesse do Congresso por essa comissão torna-se ostensiva quando se constata que há parlamentares que ainda nem a conhecem. Na última vez em que lhe falaram do assunto, o Senador Lenoir Vargas (PDS-SC) indagou: "Eu faço parte dessa comissão?" Faz. Ele a integra como um dos quatro suplentes do PDS.